



SIMULADO INÉDITO TRE-SP

PROF. RICARDO TORQUES

www.facebook.com/eleitoralparaconcursos



Estratégia
CONCURSOS

Sumário

'Lista de Questões	2
Gabarito	17
Análise das Questões	18
Direitos Eleitorais na Constituição	18
Justiça Eleitoral	20
Convenções Partidárias, Coligações e Registro de Candidatura.....	25
Sistemas Eleitorais.....	31
Voto em trânsito e no exterior	33
Propaganda Eleitoral	35
Recursos Eleitorais	36
Ações Eleitorais	41
Inelegibilidades	42
Prestação de Contas.....	44
Condutas Vedadas ao Agentes Públicos.....	48
Partidos Políticos.....	54



Lista de Questões

Questão 01 – Inédita – 2016

Sobre os direitos de nacionalidade, de acordo com a Constituição Federal considere os itens abaixo:

I – São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

II - Os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, exceto no que diz respeito aos direitos políticos.

III – Os cargos de Deputado Federal, Senador, Presidente e vice-Presidente da República são cargos privativos de brasileiros natos.

IV - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas um item está correto.*
- b) apenas dois itens estão corretos.*
- c) apenas três itens estão corretos.*
- d) todos os itens estão corretos.*
- e) nenhum item está correto.*

Questão 02 – Inédita – 2016

Com base na Constituição Federal, não consta como condição de elegibilidade:

- a) nacionalidade brasileira.*
- b) domicílio eleitoral na circunscrição.*
- c) idade mínimo de 30 anos para concorrer ao cargo de Senador da República.*
- d) pleno exercício dos direitos políticos.*
- e) filiação partidária.*

Questão 03 – Inédita – 2016

Em relação aos afastamentos dos Juízes Eleitorais, segundo a disciplina da Lei 4.737/1965, no exercício de suas funções, temos que:

- a) Eventual férias concedida ao juiz no cargo da magistratura na origem não implica afastamento das funções eleitorais, cujo exercício é ininterrupto.*



b) Durante o período das eleições, o afastamento de juiz eleitoral por motivo de licença especial na magistratura na origem depende de deliberação do Presidente do TRE respectivo.

c) Durante o período das eleições, o afastamento de juiz eleitoral por motivo de licença especial na magistratura na origem depende de deliberação pleno do TRE respectivo.

d) Os juízes afastados por motivo de licença de suas funções na Justiça Comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral, exceto se esse afastamento decorrer de férias.

d) Se a licença, férias ou licença especial concedida na Justiça Comum coincidir com o período de realização das eleições, apuração ou encerramento do alistamento o afastamento das funções eleitorais são será automático.

Questão 04 – Inédita – 2016

Para o julgamento de ações que importem a cassação de registro, ações que implicam na anulação geral de eleições e ações que levem a perda de diplomas deverá observar o quórum de instalação de e votação, respectivamente:

a) maioria absoluta para instalação e maioria relativa para votação.

b) maioria absoluta para instalação e votação.

c) maioria relativa para instalação e votação.

d) todos os membros para instalação e votação.

e) todos os membros para instalação e maioria absoluta para votação.

Questão 05 – Inédita – 2016

Segundo a disciplina da Lei 4.373/1965, no desempenho de suas funções, o Corregedor-Geral Eleitoral se locomoverá para os Estados e Territórios em diversos casos. Neste rol, não consta:

a) locomoção para atender a situação urgente de demandas judiciais não julgadas pelo Corregedor-Regional.

b) locomoção a requerimento de partido quando deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

c) locomoção sempre que entender necessário.

d) locomoção por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.

e) locomoção a pedido do Tribunal Regional Eleitoral.

Questão 06 – Inédita - 2016



De acordo com o Código Eleitoral é possível determinar-se a renovação das eleições em diversas hipóteses. Assinale a alternativa que não traz uma das hipóteses declinadas pelo Código.

- a) Nulidade de mais de metade dos votos do País nas eleições presidenciais.*
- b) Decisão da Justiça Eleitoral que importe no indeferimento do registro, após decisão por órgão colegiado.*
- c) Nulidade de mais da metade dos votos do município das eleições municipais, nas eleições majoritárias.*
- d) Decisão da Justiça Eleitoral que importe na perda do mandato do candidato eleito em pleito majoritário.*
- e) Decisão da Justiça Eleitoral que importe na cassação do diploma do candidato eleito em pleito majoritário.*

Questão 07 – Inédita - 2016

Acerca do registro de candidatura de acordo com o Código Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para apresentação do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 20 horas do dia 05 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.*
- b) Até 20 dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados por todas as instâncias, e publicadas as decisões a eles relativas.*
- c) As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.*
- b) Até 10 dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados nas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.*
- c) As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até as 19 horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.*

Questão 08 – Inédita – 2016

De acordo com o Código Eleitoral, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.165/2015, estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número:

- a) superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.*
- b) igual ou superior a 15% do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.*



- c) superior a 5% do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.*
- d) igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.*
- e) igual ou superior a 5% do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.*

Questão 09 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei das Eleições a escolha dos candidatos e a deliberação sobre as coligações devem ocorrer entre:

- a) 05 de julho de 20 de agosto do ano eleitoral.*
- b) 15 de julho de 08 de agosto do ano eleitoral.*
- c) 20 de julho e 05 de agosto do ano eleitoral.*
- d) 05 de junho e 20 de agosto do ano eleitoral.*
- e) 15 de julho e 05 de agosto do ano eleitoral.*

Questão 10 – Inédita - 2016

Quanto às regras definidas na Lei das Eleições para fixação do número de candidatos que os partidos e coligações podem indicar para as eleições, assinale a alternativa correta.

- a) Para as eleições ao cargo de Deputado Estadual em estado-membro cuja representatividade na Câmara dos Deputados é superior a 12, tanto o partido como a coligação podem indicar 150% do número de vagas a preencher.*
- b) Para as eleições ao cargo de Vereador em Município com até de 100 mil eleitores, a coligação poderá indicar 300% do número de vagas a preencher.*
- c) Para as eleições ao cargo de Senador da República em estado-membro cuja representatividade na Câmara dos Deputados é inferior a 12, tanto o partido como a coligação podem indicar 200% do número de vagas a preencher*
- d) Para as eleições ao cargo de Vereador em Município com até de 100 mil eleitores, o partido poderá indicar 200% do número de vagas a preencher.*
- e) Para as eleições ao cargo de Deputado Federal cada partido poderá indicar até 12 candidatos.*

Questão 11 – Inédita - 2016



Quanto à indicação das vagas remanescentes, caso não sejam escolhidos o número máximo de candidatos, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível indicar candidatos remanescentes, pois a legislação fixa como data limite para o registro de candidatura o dia 15 de agosto do ano eleitoral, até as 19 horas.*
- b) É possível a indicação de vagas remanescentes, desde que seja observado o prazo limite das 19 horas do dia 15 de agosto do ano eleitoral.*
- c) Somente é admissível a indicação das vagas remanescentes, caso seja comprovado vício ou irregularidade na convenção.*
- d) Poderá o órgão de direção do partido preencher as vagas remanescentes até 30 dias antes das eleições.*
- e) Admite-se o preenchimento das vagas remanescentes com a realização de convenções suplementares até 60 dias antes das eleições.*

Questão 12 - Inédita - 2016

De acordo com a Lei das Eleições, o prazo para limite para registrar junto à Justiça Eleitoral os candidatos escolhidos em convenção é:

- a) até as 19 horas do dia 15 de julho do ano eleitoral.*
- b) até as 24 horas do dia 15 de julho do ano eleitoral.*
- c) até as 19 horas do dia 15 de agosto do ano eleitoral.*
- d) até as 24 horas do dia 15 de agosto do ano eleitoral.*
- e) até as 19 horas do dia 5 de agosto do ano eleitoral.*

Questão 13 – Inédita - 2016

Os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem. Essa relação deverá ser encaminhada:

- a) até 15 dias antes da data das eleições.*
- b) até 20 dias antes da data das eleições.*
- c) até 30 dias antes da data das eleições.*
- d) até 45 dias antes da data das eleições.*
- e) até 60 dias antes da data das eleições.*

Questão 14 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei 4.737/1965, em caso de empate na votação considera-se eleito:

- a) o terceiro candidato mais bem votado.*



- b) aquele que tivemos mais voto nas Zonas Eleitorais centrais.*
- c) o mais idoso.*
- d) aquele que já tiver ocupado cargos políticos-eletivos.*
- e) nenhum deles, sendo, nesse caso, obrigatória a realização de segundo turno.*

Questão 15 – Inédita – 2016

Após a realização dos cálculos – quociente eleitoral e partidário – e distribuição das vagas, caso haja vaga remanescente, a Lei nº 13.165/2015 estabeleceu alguns critérios para distribuição das vagas remanescentes. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os partidos e coligações que correram ao pleito poderão participar da distribuição das vagas remanescentes.*
- b) Para distribuição das vagas restantes divide-se o número de votos válidos atribuído a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário mais um. Apurados os resultados, a vaga será destinada ao partido ou coligação que obtiver a maior média dos lugares preencher, desde que o candidato tenha obtido a votação nominal mínima.*
- c) Caso nenhum candidato de nenhum dos partidos ou coligação tenha atingido 10% do quociente partidário a distribuição das vagas remanescentes será feito aos candidatos que obtiverem o maior número de votos, independentemente do valor obtido pelas médias.*
- d) Na distribuição das sobras, o preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado será efetuado de acordo com critérios fixados no estatuto do partido político.*
- e) Para definição dos suplentes da representação partidária, exige-se também a votação nominal mínima.*

Questão 16 – Inédita – 2016

Sobre o voto no exterior considere os itens abaixo:

I – Para votar no exterior, o brasileiro residente no estrangeiro deve informar ao Consulado ou à sede da Missão Diplomática a condição de eleitor com prazo de 30 dias de antecedência a contar da data do pleito.

II – Para que haja votação no exterior é necessário que haja um mínimo de 30 eleitores inscritos na mesma jurisdição da Missão Diplomática ou do Consulado-Geral.

III - No dia da eleição serão admitidos a votar não apenas os que constem da folha de votação, mas também os passageiros e tripulantes de navios e aviões de guerra e mercantes que estejam na sede das Seções Eleitorais e



todos aqueles que se apresentarem para votar comprovando a residência no exterior.

Assim:

- a) Está correto apenas o item I.*
- b) Está correto apenas o item II.*
- c) Está correto apenas o item III.*
- d) Estão corretos os itens I e II.*
- e) Estão corretos os itens I e III.*

Questão 17 – Inédita - 2016

Não é possível o voto em trânsito para:

- a) Deputado Estadual*
- b) Deputado Federal*
- c) Senador da República*
- d) Prefeito*
- e) Governador*

Questão 18 – Inédita – 2016

Para votar em trânsito para os cargos de Governador e vice-Governador, Deputado Estadual e Deputados Federais e Senadores da República pelo respectivo estado, o eleitor deverá:

- a) requerer, com antecedência mínima de 45 dias, à Justiça Eleitoral o voto em trânsito indicando em que município estará em qualquer das unidades da Federação.*
- b) informar, com antecedência mínima de 60 dias, à Justiça Eleitoral em que município do seu Estado estará no dia das eleições.*
- c) comunicar, com antecedência mínima de 45 dias, à Justiça Eleitoral em que município do seu Estado estará no dia das eleições.*
- d) informar, no dia da eleição, que está em trânsito, efetuando prova com cópia do título eleitoral, para que seja admitido a votar na urna específica.*
- e) comunicar, com antecedência mínima de 30 dias, à Justiça Eleitoral em que seção eleitoral deseja votar.*

Questão 19 – Inédita – 2016

De acordo com o Código Eleitoral, admite-se propaganda eleitoral:

- a) desde o 15 de agosto do ano da eleição.*
- b) após dia 15 de agosto do ano da eleição.*
- c) após dia 16 de agosto do ano da eleição.*



- d) apenas nos 45 dias que antecedem o pleito.
- e) durante todo o ano eleitoral.

Questão 20 – Inédita – 2016

Quanto aos prazos para recursos, considere:

O prazo para interposição de recurso especial contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral proferida contra expressa disposição da lei é de ____.

O prazo para interposição do recurso ordinário contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral que versar sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais é de ____.

- a) 5 dias para ambos.
- b) 3 dias para ambos.
- c) 3 dias e 5 dias, respectivamente.
- d) 5 dias, 10 dias, respectivamente.
- e) 5 dias e 3 dias, respectivamente.

Questão 21 – Inédita - 2016

Em relação à propaganda eleitoral assinale a alternativa correta.

- a) Permite-se a propaganda eleitoral no dia 15 de agosto do ano eleitoral.
- b) Na propaganda eleitoral aos cargos do Poder Executivo, bem como para o cargo de Senador da República, o nome dos vices e suplentes devem aparecer de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% do nome do titular.
- c) Configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet, a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos.
- d) É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.
- e) Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, desde que seja feita em adesivo ou papel, não exceda a 5 m² e não contrarie a legislação eleitoral.

Questão 22 – Inédita – 2016

É vedado às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária,



de imposição da multa e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário:

- a) a partir de 30 de junho do ano eleitoral.*
- b) a partir de 05 de agosto do ano eleitoral.*
- c) a partir de 20 de julho do ano eleitoral.*
- d) a partir de 15 de agosto do ano eleitoral.*
- e) a partir de 30 de julho do ano eleitoral.*

Questão 23 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei das Eleições, considerações as alterações promovidas pela Lei nº 13.165/2015, assinale o período que as emissoras devem reservar para a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão:

- a) os 60 dias anteriores às eleições.*
- b) os 45 dias anteriores à véspera das eleições.*
- c) os 35 dias anteriores às eleições.*
- d) os 50 dias anteriores à véspera das eleições.*
- e) os 35 dias anteriores à antevéspera das eleições.*

Questão 24 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei das Eleições, na realização da propaganda eleitoral, não será permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas nas quais ele, pessoalmente, exponha:

- a) realizações de governo ou da administração pública.*
- b) falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral*
- c) atos parlamentares*
- d) mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação*
- e) debates legislativos*

Questão 25 – Inédita - 2016

De acordo com as regras gerais que disciplinam os recursos, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos eleitorais possuem efeito suspensivo.*
- b) Apenas os recursos ordinários terão efeito devolutivo.*
- c) Todos os recursos ordinários possuem efeito devolutivo e suspensivo.*
- d) Recurso ordinário ao TSE na hipótese de cassação de registro de candidato tem efeito suspensivo.*



e) O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, inclusive em relação aos habeas corpus e mandado de segurança.

Questão 26 – Inédita – 2016

Sobre a representação por captação ilícita de sufrágio, assinale a alternativa incorreta:

a) Poderá ser réu na ação o candidato que doar ou oferecer ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da posse.

b) Pode ser réu na ação de captação ilícita de sufrágio quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.

c) Entre as condutas descritas na representação está o ato de doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública.

d) Poderá ser réu na ação o candidato que doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

e) Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.

Questão 27 – Inédita - 2016

Quanto à utilização de prova testemunhal em processo que vise decretar a perda de mandato eletivo, assinale a alternativa correta.

a) Não poderá ser usada na fundamentação da sentença.

b) Apenas testemunhos não serão suficientes para condenação.

c) Prova testemunhal singular, quando exclusiva, não poderá impor decisão desfavorável ao réu.

d) Somente será aceita a prova testemunhal, se a testemunha ratificar por escrito o que foi relatado perante o Juiz Eleitoral.

e) Para validade da prova testemunhal em processos que decretem a perda de mandato eletivo é necessário comprovar incidentalmente que a testemunha não possui qualquer relação política com os adversários do réu.

Questão 28 – Inédita - 2016

Considerando as regras constitucionais e infraconstitucionais acerca das condições de elegibilidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Para concorrer ao cargo de vice-Presidente da República, o candidato deverá ter 35 anos até a data da posse.



- b) Para concorrer ao cargo de Senador da República, o candidato deverá ter 35 anos até a data da posse.*
- c) Para concorrer ao cargo de Governador de algum dos estados-membros da Federação, o candidato deverá ter 30 anos até a data da posse.*
- d) Para concorrer ao cargo de Deputado Federal, bem como para o cargo de Deputado Estadual e Prefeito, o candidato deverá ter 21 anos até a data da posse.*
- e) Para concorrer ao cargo de vereador, o candidato deverá ter 18 anos até a data da posse.*

Questão 29 – Inédita – 2016

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que declina o tempo mínimo de domicílio eleitoral na circunscrição e de filiação partidária, prescrito na Lei das Eleições.

- a) um ano, em ambos os casos.*
- b) seis meses e um ano, respectivamente.*
- c) seis meses, em ambos os casos.*
- d) um ano e seis meses, respectivamente.*
- e) um ano e três meses, respectivamente.*

Questão 30 – Inédita - 2015

O partido que tiver as contas de campanha desaprovadas não pode ser impedido de participar do pleito eleitoral.

A afirmação acima:

- a) está incorreta, pois a desaprovação das contas de campanha impede, além do recebimento de recursos do Fundo e o acesso à rádio e televisão, a possibilidade de o partido registrar candidatos para o pleito, enquanto não superados os motivos que levaram à desaprovação.*
- b) está incorreta, pois o Ministério Público Eleitoral poderá requerer a suspensão do partido das eleições seguintes pela desaprovação das contas de campanha.*
- c) está correta, a desaprovação de campanha das contas gera outras consequências, mas não podem obstar o direito de participar do pleito eleitoral.*
- d) está correta, pois a prestação de contas de campanha é exigida apenas dos candidatos e não dos partidos políticos.*
- e) está correta apenas em relação aos cargos escolhidos pelo sistema majoritário, já que em relação ao pleito proporcional se houver condenação por desaprovação de contas de campanha o partido perderá a representação perante as casas legislativas.*



Questão 31 – Inédita - 2016

No que diz respeito à consolidação das contas de campanha, assinale a alternativa correta.

- a) O conjunto das contas deverá ser encaminhado à Justiça Eleitoral, tanto nas eleições majoritárias, como nas eleições proporcionais até o vigésimo dia posterior à realização do pleito.*
- b) A prestação de contas nas eleições proporcionais deve ser consolidada até 20 dias após a realização do primeiro turno.*
- c) A prestação de contas nas eleições majoritárias, independentemente da ocorrência de segundo turno, devem ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até 20 dias após o término do pleito.*
- d) A prestação de contas nas eleições proporcionais deve ser encaminhada até 60 dias após a realização do primeiro turno.*
- e) A consolidação das contas, nas eleições majoritárias deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia após o pleito, se não houver segundo turno.*

Questão 32 – Inédita – 2016

Pessoas físicas podem efetuar doações para as campanhas eleitorais, limitados a:

- a) 2% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.*
- b) 10% dos rendimentos líquidos auferidos pelo doador no ano da eleição.*
- c) 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.*
- d) 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano da eleição.*
- e) 10% dos rendimentos líquidos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.*

Questão 33 – Inédita - 2016

De acordo com a Lei nº 13.165/2015, o Tribunal Superior Eleitoral fixará, por intermédio de resoluções específicas, os limites de gastos para as campanhas eleitorais, pelos candidatos e partidos políticos. Em caso de descumprimento das normas:

- a) será aplicada multa em valor entre R\$ 5.000,00 e R\$ 100.000,00, somados ao valor que ultrapassar o limite estabelecido.*
- b) acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.*



- c) acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, o que implicará na preclusão da pretensão para ações que visem apurar abuso do poder econômico.*
- d) acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 200% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.*
- e) será aplicada multa em valor entre R\$ 50.000,00 e R\$ 500.000,00, somados ao valor que ultrapassar o limite estabelecido.*

Questão 34 – Inédita - 2016

No que diz respeito às regras instituídas pela Lei das Eleições, especialmente as decorrentes das inovações trazidas pela Lei nº 13.165, assinale a alternativa correta:

- a) Os comitês eleitorais serão responsáveis pela administração e prestação de contas tanto das eleições majoritárias como das eleições proporcionais.*
- b) Os recursos recebidos em dinheiro pelos partidos pelos partidos, coligações e candidatos devem ser divulgados na internet no prazo de 48 horas, com a indicação do CPF/CNPJ e dos valores doados.*
- c) Até o dia 15 de outubro do ano das eleições, o partido deverá divulgar um relatório discriminado, constando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro, os valores estimáveis em dinheiro e os gastos realizados.*
- d) Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.*
- e) Todos os candidatos – tanto nas eleições proporcionais como majoritárias – devem observar as mesmas regras na prestação de contas, inexistindo tratamento diferenciado em razão do porte da cidade ou do montante de gastos efetuados.*

Questão 35 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei 9.504/1997, são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

- I – Permitir o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados com dinheiro público.*
- II – Nomear servidor da Justiça Eleitoral aprovados em concursos públicos entre os três meses que antecedem o pleito e a data da posse dos eleitos.*



III – Fazer pronunciamentos em cadeira de rádio de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, em quaisquer situações nos três meses que antecedem o pleito.

IV - Realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Assim:

- a) os itens I e III estão corretos.*
- b) os itens II e IV estão corretos.*
- c) os itens II, III e IV estão incorretos.*
- d) os itens I e IV estão corretos.*
- e) os itens I, II e IV estão corretos.*

Questão 36 – Inédita – 2016

Em relação às condutas vedadas aos agentes públicos assinale a alternativa correta:

- a) Veda-se, no ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.*
- b) Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos cinco anos anteriores ao ano eleitoral.*
- c) Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre do ano anterior.*
- d) Veda-se, no segundo semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do segundo semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.*
- e) Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.*

Questão 37 – Inédita – 2016

Os recursos do fundo partidário, de acordo com a Lei 9.096/1995 serão aplicados:

- I – No alistamento e nas campanhas eleitorais.*
- II – Na propaganda eleitoral, vedada a utilização em propaganda doutrinária e política.*



III – Na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, 20% por cento do total recebido.

IV – Na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, observado, do total recebido, o limite de 50% para o órgão nacional e de 60% para o órgão estadual e municipal.

Assim:

- a) Apenas os itens II e IV estão corretos.*
- b) Os itens III e IV estão corretos.*
- c) Os itens I e III estão incorretos.*
- d) Os itens I, III e IV estão corretos.*
- e) Apenas o item I está correto.*

Questão 38 – Inédita - 2016

Quando à criação e registro dos partidos políticos, assinale a alternativa que retrata, corretamente, os requisitos para demonstração do apoio mínimo:

- a) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.*
- b) obtenção, no período de 3 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,1% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 0,5% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.*
- c) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/4 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.*
- d) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 0,1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.*
- e) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.*

Questão 39 – Inédita - 2016

Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos:



- a) que hajam obtido o registro no *Ofício Civil* há, pelo menos, 5 anos.
- b) que hajam obtido o registro definitivo do *Tribunal Superior Eleitoral* há, pelo menos, 10 anos.
- c) que hajam obtido o registro definitivo do *Ofício Civil* há, pelo menos, 10 anos.
- d) que hajam obtido o registro definitivo do *Tribunal Superior Eleitoral* há, pelo menos, 3 anos.
- e) que hajam obtido o registro definitivo do *Tribunal Superior Eleitoral* há, pelo menos, 5 anos.

Questão 40 – Inédita - 2016

A *Justiça Eleitoral* exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo

- a) a conservação da documentação por prazo não inferior a 1 ano.
- b) a conservação da documentação por prazo não inferior a 2 anos.
- c) a conservação da documentação por prazo não inferior a 3 anos.
- d) a conservação da documentação por prazo não inferior a 5 anos.
- e) a conservação da documentação por prazo não inferior a 10 anos.

Gabarito

Questão 01 – A	Questão 02 – C
Questão 03 – E	Questão 04 – E
Questão 05 – A	Questão 06 – B
Questão 07 – C	Questão 08 – D
Questão 09 – D	Questão 10 – A
Questão 11 – D	Questão 12 – C
Questão 13 – B	Questão 14 – C
Questão 15 – B	Questão 16 – D
Questão 17 – D	Questão 18 – C
Questão 19 – B	Questão 20 – B
Questão 21 – B	Questão 22 – A



Questão 23 – E	Questão 24 – D
Questão 25 – D	Questão 26 – A
Questão 27 – C	Questão 28 – E
Questão 29 – D	Questão 30 – C
Questão 31 – E	Questão 32 – C
Questão 33 – B	Questão 34 – D
Questão 35 – D	Questão 36 – E
Questão 37 – D	Questão 38 – D
Questão 39 – E	Questão 40 – D

Análise das Questões

Direitos Eleitorais na Constituição

Questão 01 – Inédita – 2016

Sobre os direitos de nacionalidade, de acordo com a Constituição Federal considere os itens abaixo:

I – São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

II - Os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, exceto no que diz respeito aos direitos políticos.

III – Os cargos de Deputado Federal, Senador, Presidente e vice-Presidente da República são cargos privativos de brasileiros natos.

IV - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas um item está correto.*
- b) apenas dois itens estão corretos.*
- c) apenas três itens estão corretos.*
- d) todos os itens estão corretos.*
- e) nenhum item está correto.*



Comentários

O item I está incorreto, pois aqueles que nascerem no estrangeiro, mas forem filhos de pai ou mãe brasileiros, desde qualquer um deles esteja a serviço do Brasil, são considerados brasileiros natos, de acordo com o que prevê o art. 12, I, b, da CF.

O item II está incorreto, pois o português equiparado gozará dos mesmos direitos que o brasileiro, com as exceções opostas apenas no Texto Constitucional, segundo o que disciplina o art. 12, §1º, da CF. Contudo, não há na CF limitação ao exercício de direitos políticos, pelo que está incorreta a assertiva.

O item III também está incorreto. De acordo com o art. 12, §3º, apenas o cargo de Presidente da República é privativo de brasileiro nato. Não custa lembrar, mas será nato apenas os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados e do Senador Federal.

O item IV está correto em razão do que consta do art. 12, §4º, da CF:

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

Questão 02 – Inédita – 2016

Com base na Constituição Federal, não consta como condição de elegibilidade:

a) nacionalidade brasileira.

b) domicílio eleitoral na circunscrição.

c) idade mínimo de 30 anos para concorrer ao cargo de Senador da República.

d) pleno exercício dos direitos políticos.

e) filiação partidária.

Comentários

A capacidade eleitoral passiva, por sua vez, remete à ideia de elegibilidade e está disciplinada no §3º do art. 14, nos seguintes termos:

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;



IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

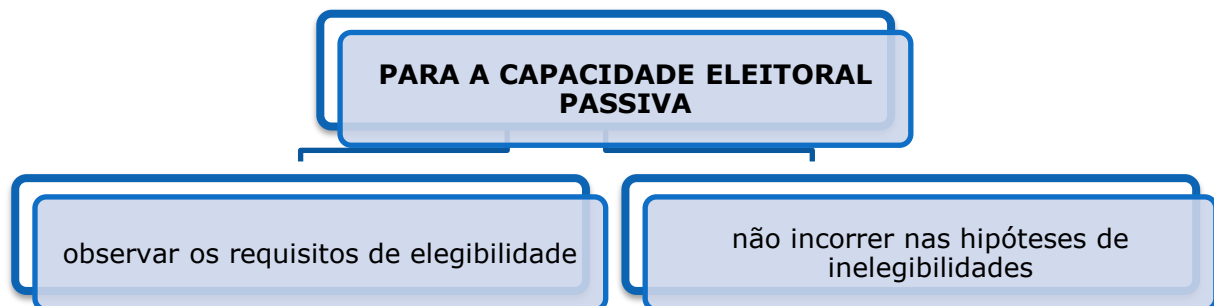
c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

Segundo os ensinamentos de Marcelo Novelino, a capacidade eleitoral passiva consiste no direito de pleitear, mediante eleição, certos mandatos políticos. Todo cidadão tem o direito de ser votado, desde que preencha os requisitos constitucionalmente previstos.

Logo, a **alternativa C** é o gabarito da questão.

Para ser votado, o cidadão deverá preencher diversos requisitos, denominados **requisitos de elegibilidade**. Além disso e paralelamente, algumas situações não poderão ocorrer, ou seja, o cidadão não poderá incidir em algumas das **hipóteses de inelegibilidade** que impedem a participação da pessoa como candidato.



Lembrem-se que os requisitos de elegibilidade são pressupostos previstos na Constituição e na legislação eleitoral para que o cidadão possa disputar um cargo público eletivo. Em sentido oposto, as hipóteses de inelegibilidade reportam-se a impedimentos que, se verificados, barram a candidatura.

Justiça Eleitoral

Questão 03 – Inédita – 2016

Em relação aos afastamentos dos Juízes Eleitorais, segundo a disciplina da Lei 4.737/1965, no exercício de suas funções, temos que:

a) *Eventual férias concedida ao juiz no cargo da magistratura na origem não implica afastamento das funções eleitorais, cujo exercício é ininterrupto.*

b) *Durante o período das eleições, o afastamento de juiz eleitoral por motivo de licença especial na magistratura na origem depende de deliberação do Presidente do TRE respectivo.*



c) Durante o período das eleições, o afastamento de juiz eleitoral por motivo de licença especial na magistratura na origem depende de deliberação pleno do TRE respectivo.

d) Os juízes afastados por motivo de licença de suas funções na Justiça Comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral, exceto se esse afastamento decorrer de férias.

d) Se a licença, férias ou licença especial concedida na Justiça Comum coincidir com o período de realização das eleições, apuração ou encerramento do alistamento o afastamento das funções eleitorais são será automático.

Comentários

O exercício da função eleitoral é ininterrupto. Contudo, eventuais afastamentos em decorrência de licenças ou férias implicam no afastamento automático do Juiz das funções eleitorais. Há de se observar, entretanto, as exceções do art. 14, §3º, do Código Eleitoral:

§ 2º Os Juízes afastados por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

Desse modo, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

Questão 04 – Inédita – 2016

Para o julgamento de ações que importem a cassação de registro, ações que implicam na anulação geral de eleições e ações que levem a perda de diplomas deverá observar o quórum de instalação de e votação, respectivamente:

a) maioria absoluta para instalação e maioria relativa para votação.

b) maioria absoluta para instalação e votação.

c) maioria relativa para instalação e votação.

d) todos os membros para instalação e votação.

e) todos os membros para instalação e maioria absoluta para votação.

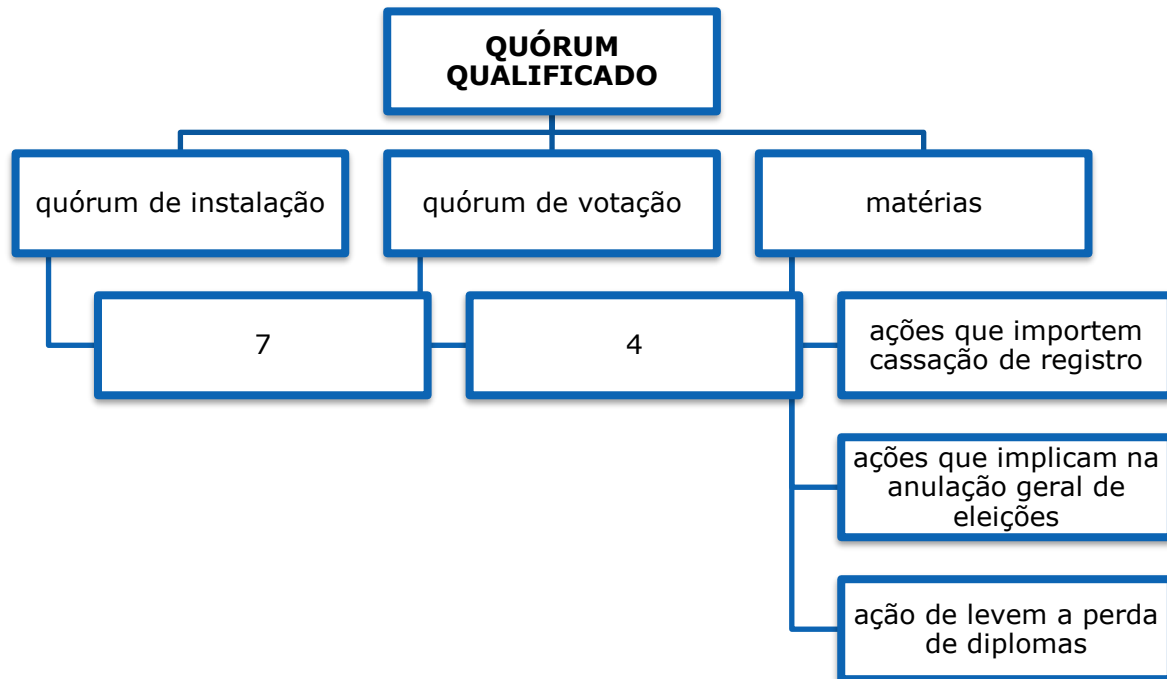
Comentários

A Lei nº 13.165/2015 trouxe duas inovações ao art. 28 do CE, que disciplinam a votação no âmbito dos TREs. Vejamos:

*§ 4º As decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer **ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas** somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.*

§ 5º No caso do § 4º, se ocorrer impedimento de algum juiz, será convocado o suplente da mesma classe.

Assim...



Logo:

- ✎ INSTALAÇÃO: PRESENÇA DE **TODOS** OS MEMBROS → 7 MEMBROS
- ✎ VOTAÇÃO: **MAIORIA ABSOLUTA** → 4 VOTOS

Portanto, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

Questão 05 – Inédita – 2016

Segundo a disciplina da Lei 4.373/1965, no desempenho de suas funções, o Corregedor-Geral Eleitoral se locomoverá para os Estados e Territórios em diversos casos. Neste rol, não consta:

- a) locomoção para atender a situação urgente de demandas judiciais não julgadas pelo Corregedor-Regional.*
- b) locomoção a requerimento de partido quando deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral.*
- c) locomoção sempre que entender necessário.*
- d) locomoção por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.*
- e) locomoção a pedido do Tribunal Regional Eleitoral.*

Comentários

Questão tranquila que aborda o art. 17, §2º, do Código Eleitoral.

*§ 2º No desempenho de suas atribuições o Corregedor Geral **se locomoverá** para os Estados e Territórios nos seguintes casos:*

- I - por determinação do Tribunal Superior Eleitoral;*
- II - a pedido dos Tribunais Regionais Eleitorais;*



III - a requerimento de Partido **deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral**;

IV - sempre que entender necessário.

Como o Corregedor-Geral tem a função de assegurar a regularidade dos serviços eleitorais, em determinadas situações ele poderá se locomover até os TREs para verificar eventuais problemas ou para transmitir orientações quanto à prestação dos serviços eleitorais.

Extraímos do dispositivo acima que o Corregedor-Geral terá liberdade para locomoção, uma vez que o inc. IV prevê que ele poderá se locomover a um determinado Estado sempre que entender necessário. Essa é a primeira informação relevante que devemos levar para a prova.

Em relação aos inc. I e III devemos compreender que a determinação ou o deferimento pelo TSE constituem hipóteses que obrigam a locomoção. Vejamos! No primeiro caso, por determinação do TSE, o Corregedor-Eleitoral deverá locomover-se conforme determinado. Do mesmo modo, quando houver pedido pelo partido político, como tal pedido é analisado pelo TSE, se ele deferir, o Corregedor-Geral Eleitoral deverá atendê-lo.

Quanto ao inc. II o entendimento dominante é no sentido de que o TRE formula o pedido e o próprio Corregedor-Geral analisará se é caso para a locomoção até a circunscrição eleitoral. Portanto, nesse caso, há discricionariedade pelo órgão de correição.

HIPÓTESES EM QUE O CORREGEDOR SE LOCOMOVERÁ PARA UM ESTADO

- por determinação do TSE
- a pedido do TRE
- por requerimento de partido, após deferimento do TSE
- quando entender necessário

Logo, a **alternativa A** é a que não consta do rol e, portanto, é o gabarito da questão.

Questão 06 – Inédita - 2016

De acordo com o Código Eleitoral é possível determinar-se a renovação das eleições em diversas hipóteses. Assinale a alternativa que não traz uma das hipóteses declinadas pelo Código.

- a) *Nulidade de mais de metade dos votos do País nas eleições presidenciais.*
- b) *Decisão da Justiça Eleitoral que importe no indeferimento do registro, após decisão por órgão colegiado.*
- c) *Nulidade de mais da metade dos votos do município das eleições municipais, nas eleições majoritárias.*
- d) *Decisão da Justiça Eleitoral que importe na perda do mandato do candidato eleito em pleito majoritário.*



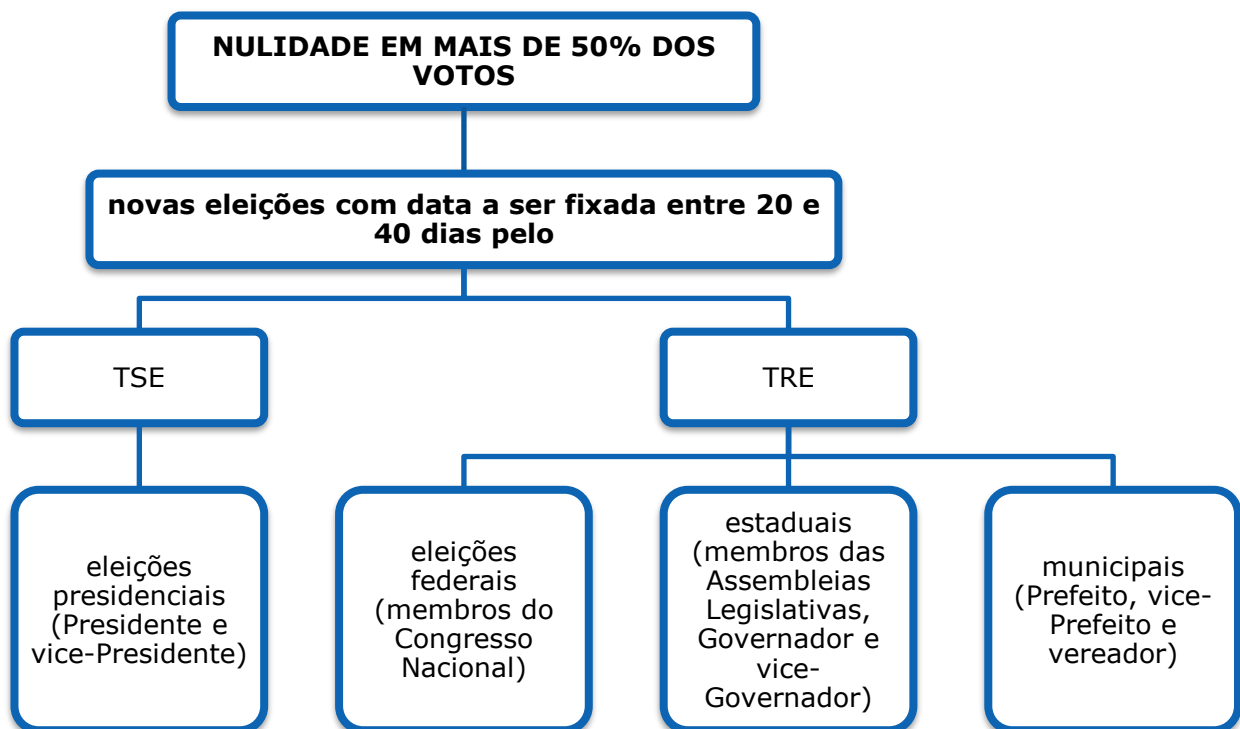
e) *Decisão da Justiça Eleitoral que importe na cassação do diploma do candidato eleito em pleito majoritário.*

Comentários

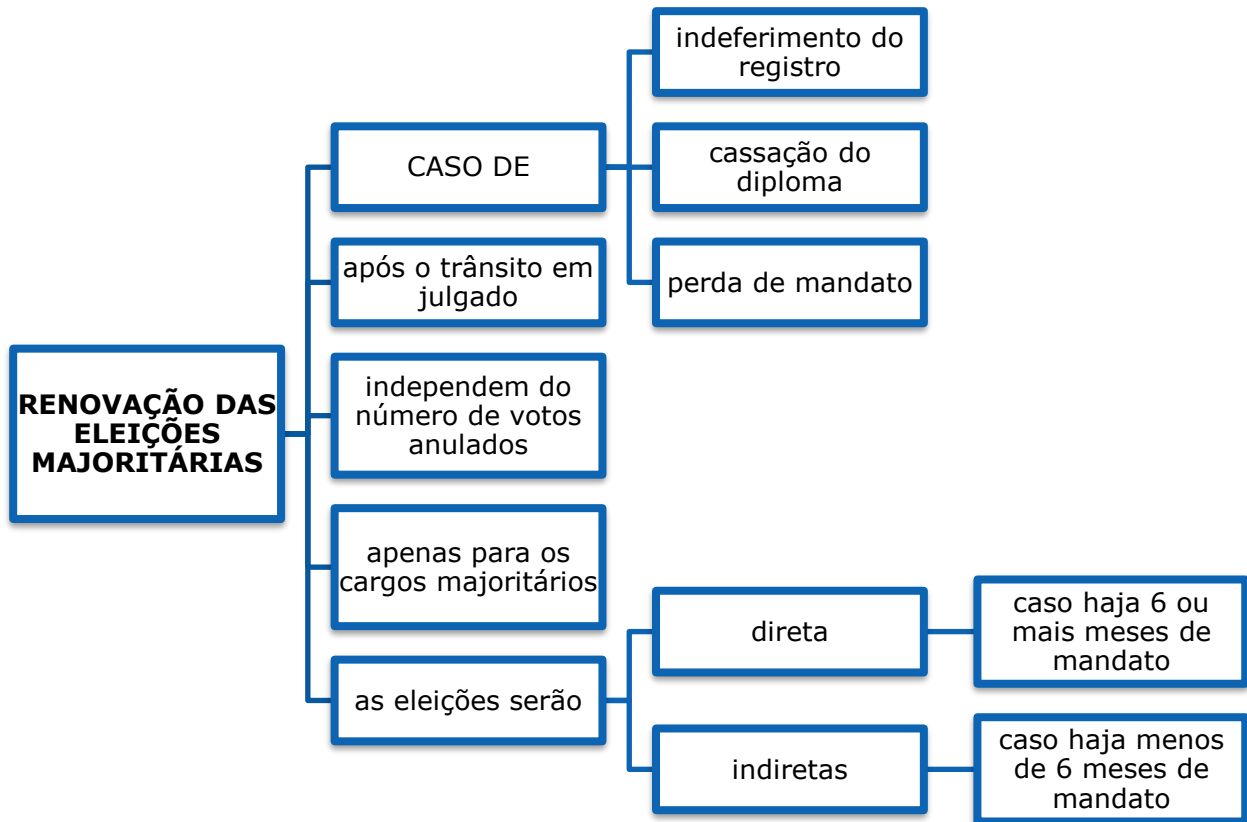
As **alternativas A e C** estão incorretas, pois constituem hipóteses em que será determinada a renovação das eleições. Essas hipóteses estão retratadas no art. 224 do Código Eleitoral. Vejamos:

Art. 224. Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do País nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do Município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.

Para a prova, é importante lembrar do seguinte esquema:



As demais alternativas retratam a hipótese de renovação das eleições majoritárias por julgamento de ações eleitorais, conforme disciplina da Lei nº 13.165/2015. Lembre-se:



Logo, a **alternativa B** está incorreta e é o gabarito da questão, pois a determinação de renovação das eleições majoritárias por indeferimento do registro dependerá de decisão transitada em julgado.

Já as **alternativas C e D** também estão incorreta, pois trazem hipóteses de renovação conforme esquema acima.

Convenções Partidárias, Coligações e Registro de Candidatura

Questão 07 – Inédita - 2016

Acerca do registro de candidatura de acordo com o Código Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para apresentação do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 20 horas do dia 05 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.*
- b) Até 20 dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados por todas as instâncias, e publicadas as decisões a eles relativas.*
- c) As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.*



b) Até 10 dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados nas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.

c) As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até as 19 horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

Comentários

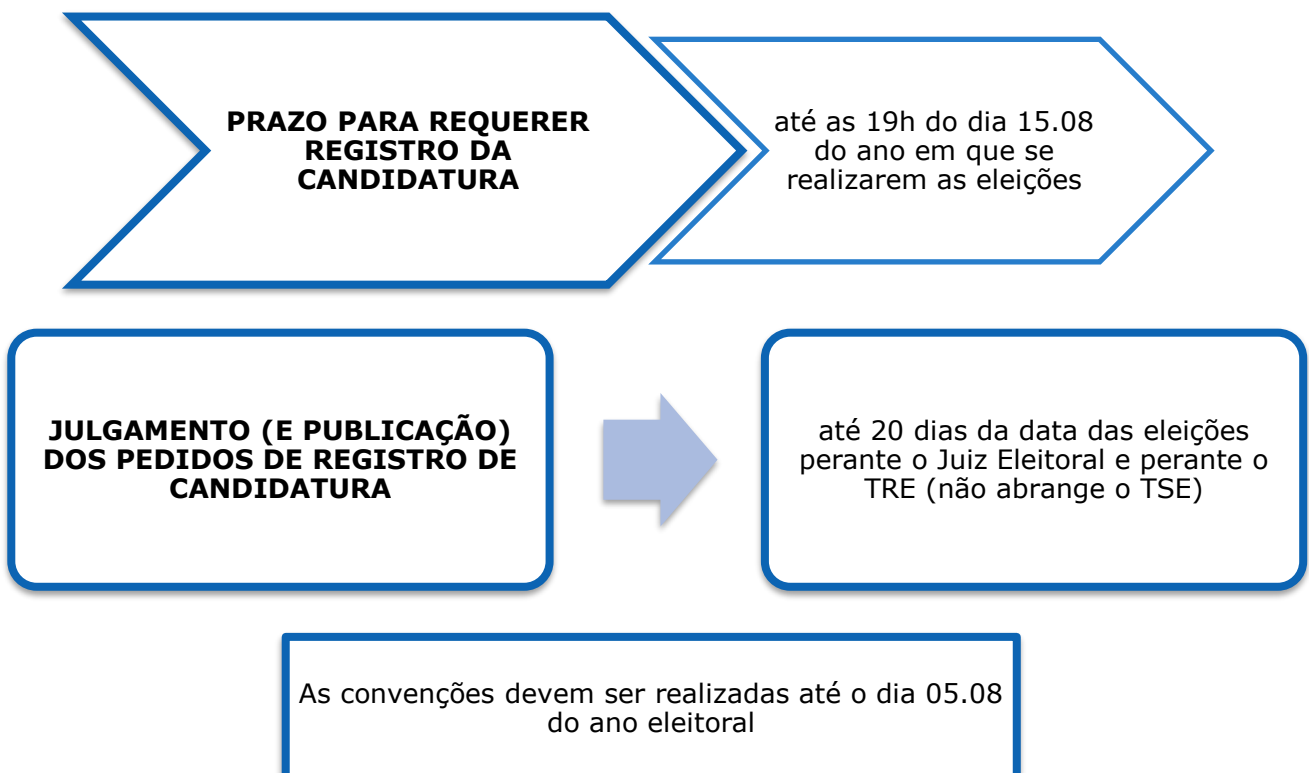
A presente questão envolve especificamente os arts. 93, *caput* e §§ 1º e 2º, alterados pela Lei nº 13.165/2015. Vejamos:

Art. 93. O **prazo de entrada** em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de **requerimento de registro de candidato** a cargo eletivo **terminará, improrrogavelmente, ÀS DEZENOVE HORAS DO DIA 15 DE AGOSTO do ano em que se realizarem as eleições.**

§ 1º Até vinte dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.

§ 2º As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

Em forma de esquema, podemos destacar-se os seguintes esquemas:



Logo, a alternativa C é a correta e gabarito da questão. Vejamos os erros das demais:



- a) O prazo para apresentação do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, ~~às 20 horas~~ do dia 05 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- b) Até 20 dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar ~~julgados por todas as instâncias~~, e publicadas as decisões a eles relativas.
- b) ~~Até 10 dias~~ antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados nas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.
- c) As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, ~~até as 19 horas do dia 15 de agosto~~ do ano em que se realizarem as eleições.

Questão 08 – Inédita – 2016

De acordo com o Código Eleitoral, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.165/2015, estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número:

- a) superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- b) igual ou superior a 15% do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- c) superior a 5% do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- d) igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- e) igual ou superior a 5% do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Comentários

A questão envolve a votação nominal mínima, regra criada pela Lei nº 13.165/2015, que estabelece um mínimo de votos necessário para que o candidato possa ocupar uma das vagas obtidas pelo partido ou coligação na distribuição das vagas.

Vejamos a redação do art. 108, do CE:

Art. 108. Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.



Desse modo, o candidato deverá atingir número de votos **IGUAL OU SUPERIOR** a **10% DO QUOCIENTE ELEITORAL**, o que torna a **alternativa D** a correta e gabarito da questão.

Questão 09 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei das Eleições a escolha dos candidatos e a deliberação sobre as coligações devem ocorrer entre:

- a) 05 de julho de 20 de agosto do ano eleitoral.*
- b) 15 de julho de 08 de agosto do ano eleitoral.*
- c) 20 de julho e 05 de agosto do ano eleitoral.*
- d) 05 de junho e 20 de agosto do ano eleitoral.*
- e) 15 de julho e 05 de agosto do ano eleitoral.*

Comentários

Trata-se de questão simples, que envolve um “decorebinha” da Lei das Eleições. Contudo, esse tipo de questão é comum, ainda mais tendo em vista que a matéria foi recentemente alterada.

Assim, é fundamental memorizar o art. 8º da Lei das Eleições:

Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação.

Assim, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Questão 10 – Inédita - 2016

Quanto às regras definidas na Lei das Eleições para fixação do número de candidatos que os partidos e coligações podem indicar para as eleições, assinale a alternativa correta.

- a) Para as eleições ao cargo de Deputado Estadual em estado-membro cuja representatividade na Câmara dos Deputados é superior a 12, tanto o partido como a coligação podem indicar 150% do número de vagas a preencher.*
- b) Para as eleições ao cargo de Vereador em Município com até de 100 mil eleitores, a coligação poderá indicar 300% do número de vagas a preencher.*
- c) Para as eleições ao cargo de Senador da República em estado-membro cuja representatividade na Câmara dos Deputados é inferior a 12, tanto o partido como a coligação podem indicar 200% do número de vagas a preencher*
- d) Para as eleições ao cargo de Vereador em Município com até de 100 mil eleitores, o partido poderá indicar 200% do número de vagas a preencher.*



e) Para as eleições ao cargo de Deputado Federal cada partido poderá indicar até 12 candidatos.

Comentários

A **alternativa A** está correta, em razão do que prevê o art. 10, *caput*, da LE:

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no **TOTAL DE ATÉ 150%** (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, **SALVO**:

A **alternativa B** está incorreta. No caso de municípios com mais de 100 mil eleitores são duas as regras trazidas pela Lei das Eleições:

↳ **PARTIDOS** podem indicar **até 150%** do número de vagas existentes para o cargo de vereador (permanece o mesmo da regra acima).

↳ **COLIGAÇÕES** podem indicar **até 200%** do número de vagas existentes para o cargo de vereador.

O fundamento está no art. 10, II, da Lei das Eleições:

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no **TOTAL DE ATÉ 150%** (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, **SALVO**:

II - nos Municípios de até cem mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.

A **alternativa C** está incorreta, pois **nos anos que houver a eleição de 2 Senadores o partido ou coligação indicará 2 candidatos. No ano que houver a eleição de apenas 1 Senador, o partido ou coligação indicará 1 candidato a Senador apenas.** Não há qualquer percentual estabelecido em razão da representatividade na Câmara dos Deputados.

A **alternativa D** também está incorreta. Conforme explicações da alternativa B, em municípios com até 100 mil eleitores, o partido poderá indicar apenas 150% do número de vagas a preencher.

Por fim, a **alternativa E** está totalmente incorreta. Como sabemos existem percentuais diferenciados em razão da representatividade do Estado. Logo, totalmente incabida a alternativa.

Questão 11 – Inédita - 2016

Quanto à indicação das vagas remanescentes, caso não sejam escolhidos o número máximo de candidatos, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível indicar candidatos remanescentes, pois a legislação fixa como data limite para o registro de candidatura o dia 15 de agosto do ano eleitoral, até as 19 horas.

b) É possível a indicação de vagas remanescentes, desde que seja observado o prazo limite das 19 horas do dia 15 de agosto do ano eleitoral.



- c) Somente é admissível a indicação das vagas remanescentes, caso seja comprovado vício ou irregularidade na convenção.
- d) Poderá o órgão de direção do partido preencher as vagas remanescentes até 30 dias antes das eleições.
- e) Admite-se o preenchimento das vagas remanescentes com a realização de convenções suplementares até 60 dias antes das eleições.

Comentários

Para responder à questão acima devemos lembrar da regra contida no art. 10, §5º, da LE:

§ 5º No caso de as convenções para a escolha de candidatos **NÃO** indicarem o número máximo de candidatos previsto no caput, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes ATÉ TRINTA DIAS ANTES DO PLEITO.

Portanto, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Questão 12 - Inédita - 2016

De acordo com a Lei das Eleições, o prazo para limite para registrar junto à Justiça Eleitoral os candidatos escolhidos em convenção é:

- a) até as 19 horas do dia 15 de julho do ano eleitoral.
- b) até as 24 horas do dia 15 de julho do ano eleitoral.
- c) até as 19 horas do dia 15 de agosto do ano eleitoral.
- d) até as 24 horas do dia 15 de agosto do ano eleitoral.
- e) até as 19 horas do dia 5 de agosto do ano eleitoral.

Comentários

Para responder à questão devemos lembrar do art. 11, caput, da LE:

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

Logo, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Questão 13 – Inédita - 2016

Os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem. Essa relação deverá ser encaminhada:

- a) até 15 dias antes da data das eleições.
- b) até 20 dias antes da data das eleições.
- c) até 30 dias antes da data das eleições.



- d) até 45 dias antes da data das eleições.
- e) até 60 dias antes da data das eleições.

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 16, *caput*, da LE, com redação dada pela Lei nº 13.165/2015. Vejamos:

Art. 16. Até vinte dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.

Portanto, a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Sistemas Eleitorais

Questão 14 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei 4.737/1965, em caso de empate na votação considera-se eleito:

- a) o terceiro candidato mais bem votado.
- b) aquele que tivemos mais voto nas Zonas Eleitorais centrais.
- c) o mais idoso.
- d) aquele que já tiver ocupado cargos políticos-eletivos.
- e) nenhum deles, sendo, nesse caso, obrigatória a realização de segundo turno.

Comentários

Para responder à questão, lembre-se do art. 110, da Lei 4.737/1965, que assim disciplina:

Art. 110. *Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.*

Logo, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Questão 15 – Inédita – 2016

Após a realização dos cálculos – quociente eleitoral e partidário – e distribuição das vagas, caso haja vaga remanescente, a Lei nº 13.165/2015 estabeleceu alguns critérios para distribuição das vagas remanescentes. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os partidos e coligações que correram ao pleito poderão participar da distribuição das vagas remanescentes.
- b) Para distribuição das vagas restantes divide-se o número de votos válidos atribuído a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário mais um. Apurados os resultados, a vaga será destinada ao partido ou coligação que obtiver a maior



média dos lugares preencher, desde que o candidato tenha obtido a votação nominal mínima.

c) Caso nenhum candidato de nenhum dos partidos ou coligação tenha atingido 10% do quociente partidário a distribuição das vagas remanescentes será feito aos candidatos que obtiverem o maior número de votos, independentemente do valor obtido pelas médias.

d) Na distribuição das sobras, o preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado será efetuado de acordo com critérios fixados no estatuto do partido político.

e) Para definição dos suplentes da representação partidária, exige-se também a votação nominal mínima.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o partido que não obteve o quociente partidário não poderá participar da distribuição das vagas que sobraram. É o que se extrai do art. 109, §2º, do Código Eleitoral:

§ 2º Somente poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos ou as coligações que tiverem obtido quociente eleitoral.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, pois retratada justamente a fórmula a aplicação do cálculo de distribuição das sobras. Vejamos a fórmula e, em seguida, a fundamentação legal:

$$\text{Média} = \frac{\text{Nº de Votos do Partido}}{\text{QP} + 1}$$

↳ art. 109, I, da Lei das Eleições:

Art. 109. Os **lugares NÃO preenchidos** com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão **distribuídos de acordo com as seguintes regras**:

I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário do art. 107, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, DESDE QUE tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima;

A **alternativa C** está incorreta, pois quando não houver mais candidato com a votação nominal mínima, a distribuição será feita de acordo com a média dos partidos/coligações, e não simplesmente em razão do número de votos dos candidatos. Essa regra é disciplinada no art. 109, III, do Código Eleitoral:

Art. 109. Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão distribuídos de acordo com as seguintes regras:

III - quando não houver mais partidos ou coligações com candidatos que atendam às duas exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias.



A **alternativa D** está totalmente incorreta. Uma vez delimitada a quem se destina a vaga remanescente, será contemplado o candidato que obtiver a maior votação entre os não eleitos. Essa regra consta do art. 109, §1º, do CE:

§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.

A **alternativa E** também está incorreta, pois não há que se falar em votação nominal mínima na definição dos suplentes dos membros titulares eleitos, conforme se extrai do art. 112, parágrafo único, do Código Eleitoral.

Voto em trânsito e no exterior

Questão 16 – Inédita – 2016

Sobre o voto no exterior considere os itens abaixo:

I – Para votar no exterior, o brasileiro residente no estrangeiro deve informar ao Consulado ou à sede da Missão Diplomática a condição de eleitor com prazo de 30 dias de antecedência a contar da data do pleito.

II – Para que haja votação no exterior é necessário que haja um mínimo de 30 eleitores inscritos na mesma jurisdição da Missão Diplomática ou do Consulado-Geral.

III - No dia da eleição serão admitidos a votar não apenas os que constem da folha de votação, mas também os passageiros e tripulantes de navios e aviões de guerra e mercantes que estejam na sede das Seções Eleitorais e todos aqueles que se apresentarem para votar comprovando a residência no exterior.

Assim:

- a) Está correto apenas o item I.*
- b) Está correto apenas o item II.*
- c) Está correto apenas o item III.*
- d) Estão corretos os itens I e II.*
- e) Estão corretos os itens I e III.*

Comentários

O item I está correto e de acordo com o *caput* do art. 228, do Código Eleitoral:

Art. 228. Até 30 (trinta) dias antes da realização da eleição todos os brasileiros eleitores, residentes no estrangeiro, comunicarão à sede da Missão Diplomática ou ao Consulado-Geral, em carta, telegrama ou qualquer outra via, a sua condição de eleitor e sua residência.

O item II também está correto, ante o que prevê o art. 226, do Código Eleitoral:

Art. 226. Para que se organize uma Seção Eleitoral no Exterior é necessário que na circunscrição sob a jurisdição da Missão Diplomática ou do Consulado-Geral haja um mínimo de 30 (trinta) eleitores inscritos.

O item III está incorreto, pois o art. 228, §2º, do Código Eleitoral não prevê o seguinte excerto: "todos aqueles que se apresentarem para votar comprovando a residência no exterior". Veja:

§ 2º No dia da eleição só serão admitidos a votar os que constem da folha de votação e os passageiros e tripulantes de navios e aviões de guerra e mercantes que, no dia, estejam na sede das Seções Eleitorais.

Logo, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Questão 17 – Inédita - 2016

Não é possível o voto em trânsito para:

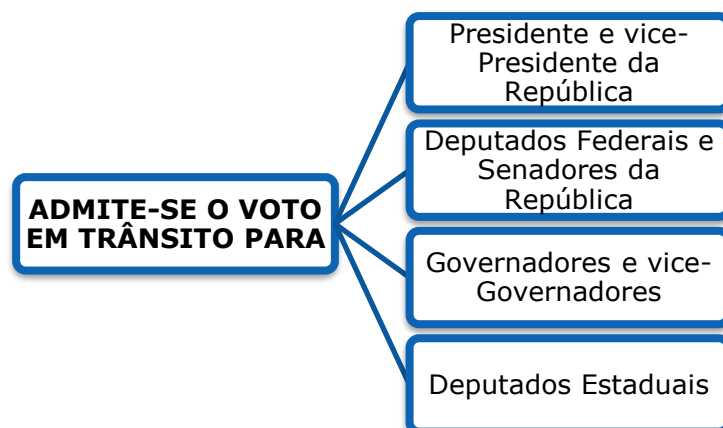
- a) Deputado Estadual
- b) Deputado Federal
- c) Senador da República
- d) Prefeito
- e) Governador

Comentários

Questão tranquila. Para respondê-la basta conhecer a literalidade do art. 233-A do Código Eleitoral, com redação dada pela Lei nº 13.165/2015. Vejamos:

Art. 233-A. Aos eleitores em trânsito no território nacional é assegurado o direito de votar para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital em urnas especialmente instaladas nas capitais e nos Municípios com mais de cem mil eleitores. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

Para a prova...



Logo, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão, uma vez que não é possível votar em trânsito para as eleições municipais.

Questão 18 – Inédita – 2016



Para votar em trânsito para os cargos de Governador e vice-Governador, Deputado Estadual e Deputados Federais e Senadores da República pelo respectivo estado, o eleitor deverá:

- a) requerer, com antecedência mínima de 45 dias, à Justiça Eleitoral o voto em trânsito indicando em que município estará em qualquer das unidades da Federação.*
- b) informar, com antecedência mínima de 60 dias, à Justiça Eleitoral em que município do seu Estado estará no dia das eleições.*
- c) comunicar, com antecedência mínima de 45 dias, à Justiça Eleitoral em que município do seu Estado estará no dia das eleições.*
- d) informar, no dia da eleição, que está em trânsito, efetuando prova com cópia do título eleitoral, para que seja admitido a votar na urna específica.*
- e) comunicar, com antecedência mínima de 30 dias, à Justiça Eleitoral em que seção eleitoral deseja votar.*

Comentários

O voto em trânsito exige a comunicação prévia à Justiça Eleitoral com prazo de 45 dias. No ato, o eleitor deve informar ao órgão eleitoral em que município estará. Como na hipótese da questão o eleitor pretende participar das eleições gerais, ele deverá indicar o município dentro do Estado. Isso porque não é admitido o voto em trânsito para os cargos estaduais fora do estado de domicílio.

Assim, a **alternativa C** é a correta e gabarito das questões.

O fundamento legal consta do §1º do art. 233-A do Código Eleitoral:

§ 1º O exercício do direito previsto neste artigo sujeita-se à observância das regras seguintes:

*I - para votar em trânsito, o eleitor **deverá habilitar-se perante a Justiça Eleitoral no período de ATÉ QUARENTA E CINCO DIAS da data marcada para a eleição, indicando o local** em que pretende votar;*

*II - aos eleitores que se encontrarem **fora da unidade da Federação de seu domicílio eleitoral** **SOMENTE** é assegurado o direito à habilitação para votar em trânsito nas eleições para **Presidente da República**;*

*III - os eleitores que se encontrarem em **trânsito dentro da unidade da Federação** de seu domicílio eleitoral poderão votar nas eleições para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.*

Propaganda Eleitoral

Questão 19 – Inédita – 2016

De acordo com o Código Eleitoral, admite-se propaganda eleitoral:

- a) desde o 15 de agosto do ano da eleição.*
- b) após dia 15 de agosto do ano da eleição.*
- c) após dia 16 de agosto do ano da eleição.*



- d) apenas nos 45 dias que antecedem o pleito.
- e) durante todo o ano eleitoral.

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 240, *caput*, do Código Eleitoral. Vejamos:

Art. 240. A propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

Logo, a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Recursos Eleitorais

Questão 20 – Inédita – 2016

Quanto aos prazos para recursos, considere:

O prazo para interposição de recurso especial contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral proferida contra expressa disposição da lei é de ____.

O prazo para interposição do recurso ordinário contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral que versar sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais é de ____.

- a) 5 dias para ambos.
- b) 3 dias para ambos.
- c) 3 dias e 5 dias, respectivamente.
- d) 5 dias, 10 dias, respectivamente.
- e) 5 dias e 3 dias, respectivamente.

Comentários

A questão exige o conhecimento de prazos para interposição de recursos, que estão previstos no art. 276, do Código Eleitoral.

Art. 276. As decisões dos Tribunais Regionais são terminativas, salvo os casos seguintes em que cabe recurso para o Tribunal Superior: (...)

I – especial:

- a) quando forem proferidas contra expressa disposição de lei;
- b) quando ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;

II – ordinário:

- a) quando versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais;
- b) quando denegarem habeas corpus ou mandado de segurança. (...)

§ 1º É de 3 (TRÊS) DIAS o prazo para a interposição do recurso, contado da publicação da decisão nos casos dos nos I, letras a e b e II, letra b e da sessão da diplomação no caso do nº II, letra a.



Assim, o prazo é de 03 dias para a interposição tanto do recurso especial como recurso ordinário. Dessa forma, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Questão 21 – Inédita - 2016

Em relação à propaganda eleitoral assinale a alternativa correta.

- a) Permite-se a propaganda eleitoral no dia 15 de agosto do ano eleitoral.*
- b) Na propaganda eleitoral aos cargos do Poder Executivo, bem como para o cargo de Senador da República, o nome dos vices e suplentes devem aparecer de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% do nome do titular.*
- c) Configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet, a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos.*
- d) É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.*
- e) Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, desde que seja feita em adesivo ou papel, não exceda a 5 m² e não contrarie a legislação eleitoral.*

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois a propaganda eleitoral é permitida a partir de 15 de agosto, o que vale dizer que somente no dia 16 é possível veicular regularmente propaganda eleitoral. É o que se extrai do art. 36 da LE:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, conforme se extrai do art. 36, §4º, da LE:

§ 4º Na propaganda dos candidatos a cargo majoritário deverão constar, também, os nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% (trinta por cento) do nome do titular.

A **alternativa C** está incorreta, pois ao contrário do afirmado não configurará propaganda eleitoral antecipada. Notem a redação do *caput* do art. 36-A da LE combinado com o inc. IV:

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: (...)



IV - a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

A **alternativa D** está incorreta, pois é vedada a transmissão pelo rádio ou televisão das prévias partidárias, conforme estabelece o art. 36-A, §1º, da LE:

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

Cuidado! A **alternativa E** está incorreta, pois a limitação de tamanho da propaganda eleitoral em bens particulares é de, no máximo, 0,5m² e não 5m² como referido na alternativa. Nesse sentido vejamos o art. 37, §2º, da LE:

§ 2º Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, desde que seja feita em adesivo ou papel, não exceda a 0,5 m² (meio metro quadrado) e não contrarie a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º.

Questão 22 – Inédita – 2016

É vedado às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário:

- a) a partir de 30 de junho do ano eleitoral.
- b) a partir de 05 de agosto do ano eleitoral.
- c) a partir de 20 de julho do ano eleitoral.
- d) a partir de 15 de agosto do ano eleitoral.
- e) a partir de 30 de julho do ano eleitoral.

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 45, §1º, da LE:

§ 1º A partir de 30 de junho do ano da eleição, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário.

Portanto, a **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

Questão 23 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei das Eleições, considerações as alterações promovidas pela Lei nº 13.165/2015, assinale o período que as emissoras devem reservar para a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão:

- a) os 60 dias anteriores às eleições.
- b) os 45 dias anteriores à véspera das eleições.
- c) os 35 dias anteriores às eleições.
- d) os 50 dias anteriores à véspera das eleições.



e) os 35 dias anteriores à antevéspera das eleições.

Comentários

Antes da reforma eleitoral, a propaganda gratuita no rádio e na televisão tinha duração de 45 dias. Com a Lei nº 13.165/2015 esse período foi reduzido para 35 dias apenas. Além disso, a propaganda no rádio e na televisão vai até a antevéspera das eleições.

Portanto, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

O fundamento encontra-se no *caput* do art. 47 da LE:

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

Questão 24 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei das Eleições, na realização da propaganda eleitoral, não será permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas nas quais ele, pessoalmente, exponha:

- a) realizações de governo ou da administração pública.*
- b) falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral*
- c) atos parlamentares*
- d) mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação*
- e) debates legislativos*

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 54, §2º:

§ 2º Será permitida a veiculação de entrevistas com o candidato e de cenas externas nas quais ele, pessoalmente, exponha:

I - realizações de governo ou da administração pública;

II - falhas administrativas e deficiências verificadas em obras e serviços públicos em geral;

III - atos parlamentares e debates legislativos.

Portanto, as **alternativas A, B, C e E** encontram-se amparadas no dispositivo e são permitidas. Contudo, a **alternativa D**, que é o gabarito da questão, é expressamente vedada pelo art. 51, IV, da LE:

Art. 51. Durante os períodos previstos nos arts. 47 e 49, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, ainda, setenta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de trinta e sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação

veiculada entre as cinco e as vinte quatro horas, nos termos do § 2º do art. 47, obedecido o seguinte:

IV - na veiculação das inserções, é vedada a divulgação de mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação, aplicando-se-lhes, ainda, todas as demais regras aplicadas ao horário de propaganda eleitoral, previstas no art. 47.

Questão 25 – Inédita - 2016

De acordo com as regras gerais que disciplinam os recursos, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos eleitorais possuem efeito suspensivo.
- b) Apenas os recursos ordinários terão efeito devolutivo.
- c) Todos os recursos ordinários possuem efeito devolutivo e suspensivo.
- d) Recurso ordinário ao TSE na hipótese de cassação de registro de candidato tem efeito suspensivo.
- e) O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, inclusive em relação aos habeas corpus e mandado de segurança.

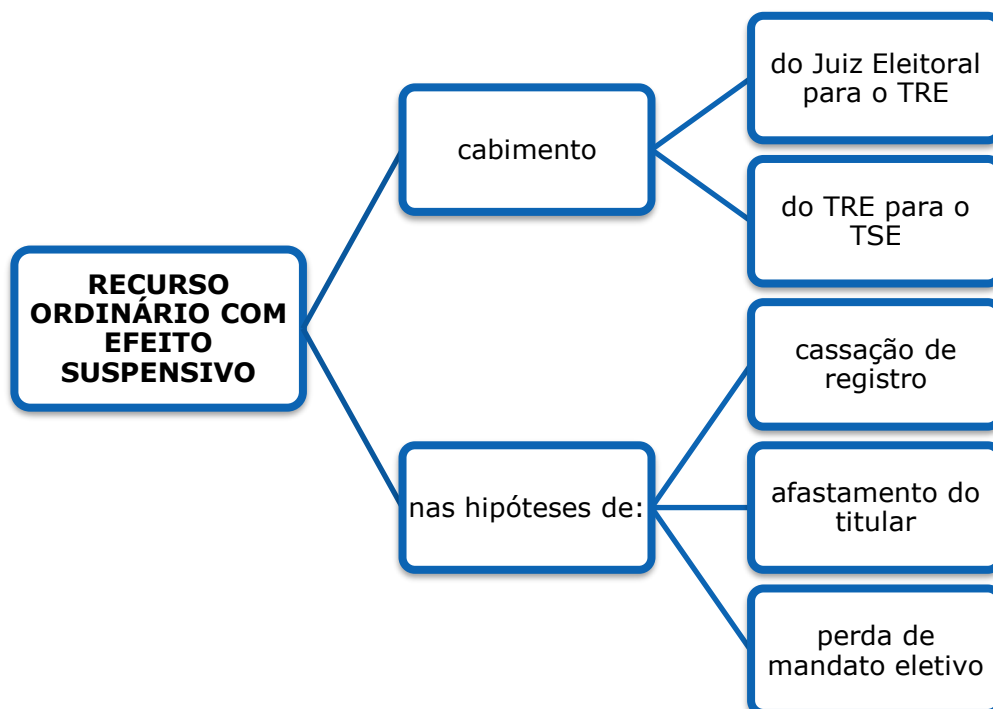
Comentários

A **alternativa A** está incorreta. É justamente o contrário. Vejamos:

Art. 257. Os **recursos eleitorais NÃO terão efeito suspensivo.**

A **alternativa B** também está incorreta, pois todos os recursos possuem efeito devolutivo.

Está incorreta a **alternativa C**, pois somente em três hipóteses os recursos ordinários terão efeito suspensivo. Vejamos o quadro:





A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão conforme esquema acima.

A **alternativa E** está incorreta, pois contraria frontalmente a regra expressa no art. 257, §3º, do Código Eleitoral:

§ 3º O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, ressalvados os de habeas corpus e de mandado de segurança.

Logo, os recursos eleitorais têm preferência de julgamento, exceto em relação ao *habeas corpus* e aos mandados de segurança.

Ações Eleitorais

Questão 26 – Inédita – 2016

Sobre a representação por captação ilícita de sufrágio, assinale a alternativa incorreta:

- a) Poderá ser réu na ação o candidato que doar ou oferecer ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da posse.*
- b) Pode ser réu na ação de captação ilícita de sufrágio quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.*
- c) Entre as condutas descritas na representação está o ato de doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública.*
- d) Poderá ser réu na ação o candidato que doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.*
- e) Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.*

Comentários

Para responder à questão você deve conhecer o art. 41-A da Lei 9.504/1997, que prevê:

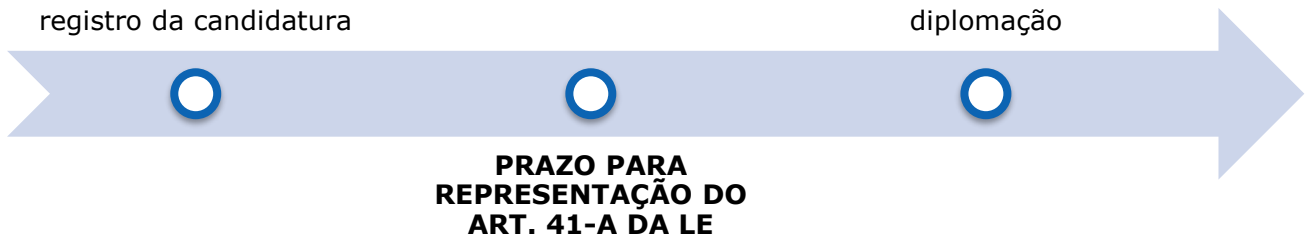
*Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o **candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública**, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil UFIR, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.*

*§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é **desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo**, consistente no especial fim de agir.*

*§ 2º As sanções previstas no caput **aplicam-se contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.***



Desse modo, a **alternativa A** é a incorreta e gabarito da questão. Lembre-se:



Questão 27 – Inédita - 2016

Quanto à utilização de prova testemunhal em processo que vise decretar a perda de mandato eletivo, assinale a alternativa correta.

- a) Não poderá ser usada na fundamentação da sentença.*
- b) Apenas testemunhos não serão suficientes para condenação.*
- c) Prova testemunhal singular, quando exclusiva, não poderá impor decisão desfavorável ao réu.*
- d) Somente será aceita a prova testemunhal, se a testemunha ratificar por escrito o que foi relatado perante o Juiz Eleitoral.*
- e) Para validade da prova testemunhal em processos que decretem a perda de mandato eletivo é necessário comprovar incidentalmente que a testemunha não possui qualquer relação política com os adversários do réu.*

Comentários

Questão fácil, que exige o conhecimento do art. 386-A, que foi acrescentado ao Código Eleitoral, pela Lei nº 13.165/2015:

Art. 368-A. A prova testemunhal singular, quando exclusiva, não será aceita nos processos que possam levar à perda do mandato.

Logo, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Inelegibilidades

Questão 28 – Inédita - 2016

Considerando as regras constitucionais e infraconstitucionais acerca das condições de elegibilidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para concorrer ao cargo de vice-Presidente da República, o candidato deverá ter 35 anos até a data da posse.*



b) Para concorrer ao cargo de Senador da República, o candidato deverá ter 35 anos até a data da posse.

c) Para concorrer ao cargo de Governador de algum dos estados-membros da Federação, o candidato deverá ter 30 anos até a data da posse.

d) Para concorrer ao cargo de Deputado Federal, bem como para o cargo de Deputado Estadual e Prefeito, o candidato deverá ter 21 anos até a data da posse.

e) Para concorrer ao cargo de vereador, o candidato deverá ter 18 anos até a data da posse.

Comentários

Com relação às idades mínimas, devemos lembrar do gráfico abaixo:

IDADE MÍNIMA	CARGOS	MOMENTO DE AFERIÇÃO
35 anos	↳ Presidente e Vice-Presidente ↳ Senador	data da posse
30 anos	↳ Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal	
21 anos	↳ Deputado Federal ↳ Deputado Estadual ou do Distrito Federal ↳ Prefeito e Vice-Prefeito ↳ Juiz de paz	
18 anos	↳ Vereador	data do registro da candidatura

No caso de vereador, embora a idade seja de 18 anos, ela não será aferida com base na data da posse, mas levará em consideração a data do registro da candidatura.

Em razão disso, a incorreta é a **alternativa E**, gabarito da questão. Essa regra específica, bem disciplinada no art. 11, §2º, da LE:

§ 2º A **idade mínima** constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é **verificada tendo por referência a data da posse, SALVO quando fixada em dezoito anos**, hipótese em que será **aferida na data-limite para o pedido de registro**.

Questão 29 – Inédita – 2016

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que declina o tempo mínimo de domicílio eleitoral na circunscrição e de filiação partidária, prescrito na Lei das Eleições.

a) um ano, em ambos os casos.



- b) seis meses e um ano, respectivamente.
- c) seis meses, em ambos os casos.
- d) um ano e seis meses, respectivamente.
- e) um ano e três meses, respectivamente.

Comentários

Novamente uma questão direta que exige detalhes da legislação eleitoral.

Vejamos o art. 9º da Lei das Eleições, com redação dada pela Lei nº 13.165/2015:

Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mínimo seis meses antes da data da eleição.

Cotejando o dispositivo acima com as alternativas, concluímos que a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Prestação de Contas

Questão 30 – Inédita - 2015

O partido que tiver as contas de campanha desaprovadas não pode ser impedido de participar do pleito eleitoral.

A afirmação acima:

- a) *está incorreta, pois a desaprovação das contas de campanha impede, além do recebimento de recursos do Fundo e o acesso à rádio e televisão, a possibilidade de o partido registrar candidatos para o pleito, enquanto não superados os motivos que levaram à desaprovação.*
- b) *está incorreta, pois o Ministério Público Eleitoral poderá requerer a suspensão do partido das eleições seguintes pela desaprovação das contas de campanha.*
- c) *está correta, a desaprovação de campanha das contas gera outras consequências, mas não podem obstar o direito de participar do pleito eleitoral.*
- d) *está correta, pois a prestação de contas de campanha é exigida apenas dos candidatos e não dos partidos políticos.*
- e) *está correta apenas em relação aos cargos escolhidos pelo sistema majoritário, já que em relação ao pleito proporcional se houver condenação por desaprovação de contas de campanha o partido perderá a representação perante as casas legislativas.*

Comentários

Lembrem-se da regra do art. 29, §5º, da LPP:

*§ 5º A desaprovação da prestação de contas do partido **não** ensejará sanção alguma que o impeça de participar do pleito eleitoral.*



Portanto, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

Questão 31 – Inédita - 2016

No que diz respeito à consolidação das contas de campanha, assinale a alternativa correta.

- a) O conjunto das contas deverá ser encaminhado à Justiça Eleitoral, tanto nas eleições majoritárias, como nas eleições proporcionais até o vigésimo dia posterior à realização do pleito.*
- b) A prestação de contas nas eleições proporcionais deve ser consolidada até 20 dias após a realização do primeiro turno.*
- c) A prestação de contas nas eleições majoritárias, independentemente da ocorrência de segundo turno, devem ser encaminhadas à Justiça Eleitoral até 20 dias após o término do pleito.*
- d) A prestação de contas nas eleições proporcionais deve ser encaminhada até 60 dias após a realização do primeiro turno.*
- e) A consolidação das contas, nas eleições majoritárias deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia após o pleito, se não houver segundo turno.*

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer a regra abaixo:

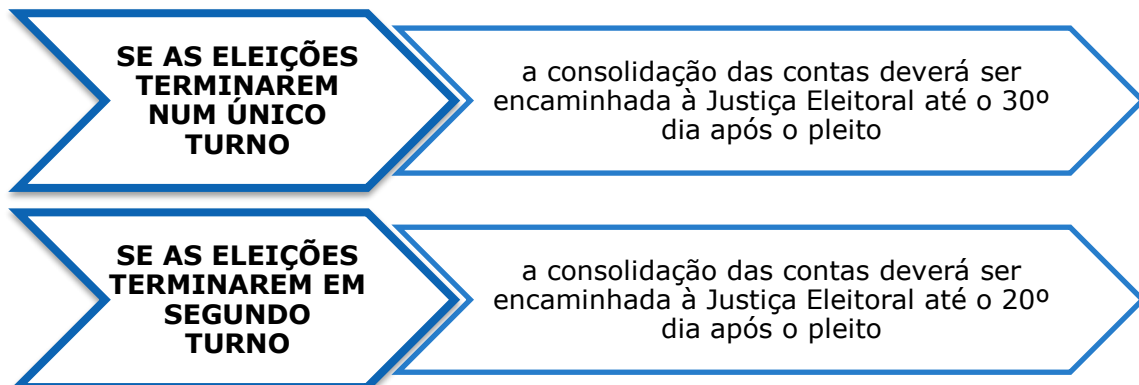
Art. 29. Ao receber as prestações de contas e demais informações dos candidatos às eleições majoritárias e dos candidatos às eleições proporcionais que optarem por prestar contas por seu intermédio, os comitês deverão:

I – Revogado;

*II - resumir as informações contidas na prestação de contas, de forma a apresentar **demonstrativo consolidado das campanhas**;*

*III - **encaminhar à Justiça Eleitoral, até o trigésimo dia posterior à realização das eleições, o conjunto das prestações** de contas dos candidatos e do próprio comitê, na forma do artigo anterior, ressalvada a hipótese do inciso seguinte;*

*IV - **havendo segundo turno, encaminhar a prestação de contas, referente aos 2 (dois) turnos, até o vigésimo dia posterior à sua realização.***





Essas regras aplicam-se aos pleitos majoritários. Para o pleito proporcional, o prazo para envio das informações observa o inc. III, ou seja, é de até 30 dias após as eleições. Vejamos:

§ 1º Os candidatos às eleições proporcionais que optarem pela prestação de contas diretamente à Justiça Eleitoral observarão o mesmo prazo do inciso III do caput.

Assim, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

Questão 32 – Inédita – 2016

Pessoas físicas podem efetuar doações para as campanhas eleitorais, limitados a:

- a) 2% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.*
- b) 10% dos rendimentos líquidos auferidos pelo doador no ano da eleição.*
- c) 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.*
- d) 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano da eleição.*
- e) 10% dos rendimentos líquidos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.*

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 23, caput e §1º da Lei das Eleições, com redação dada pela Lei nº 13.165/2015. Vejamos:

Art. 23. Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

Portanto, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Questão 33 – Inédita - 2016

De acordo com a Lei nº 13.165/2015, o Tribunal Superior Eleitoral fixará, por intermédio de resoluções específicas, os limites de gastos para as campanhas eleitorais, pelos candidatos e partidos políticos. Em caso de descumprimento das normas:

- a) será aplicada multa em valor entre R\$ 5.000,00 e R\$ 100.000,00, somados ao valor que ultrapassar o limite estabelecido.*
- b) acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.*
- c) acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, o que implicará na preclusão da pretensão para ações que visem apurar abuso do poder econômico.*



d) acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 200% da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.

e) será aplicada multa em valor entre R\$ 50.000,00 e R\$ 500.000,00, somados ao valor que ultrapassar o limite estabelecido.

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 18-B da Lei das Eleições. Vejamos:

Art. 18-B. O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

Logo, a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Questão 34 – Inédita - 2016

No que diz respeito às regras instituídas pela Lei das Eleições, especialmente as decorrentes das inovações trazidas pela Lei nº 13.165, assinale a alternativa correta:

a) Os comitês eleitorais serão responsáveis pela administração e prestação de contas tanto das eleições majoritárias como das eleições proporcionais.

b) Os recursos recebidos em dinheiro pelos partidos pelos partidos, coligações e candidatos devem ser divulgados na internet no prazo de 48 horas, com a indicação do CPF/CNPJ e dos valores doados.

c) Até o dia 15 de outubro do ano das eleições, o partido deverá divulgar um relatório discriminado, constando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro, os valores estimáveis em dinheiro e os gastos realizados.

d) Os gastos com passagens aéreas efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.

e) Todos os candidatos – tanto nas eleições proporcionais como majoritárias – devem observar as mesmas regras na prestação de contas, inexistindo tratamento diferenciado em razão do porte da cidade ou do montante de gastos efetuados.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Como sabemos, não há mais a figura do comitê no âmbito das campanhas eleitorais.



As **alternativas B e C** também estão incorretas. A primeira delas equivoca-se no prazo de veiculação das informações na internet que é de 72 horas e não de 48 horas. A segunda delas incorre em erro, pois o relatório discriminado dos recursos deve ser encaminhado até o dia 15 de setembro e não 15 de outubro.

Lembre-se:

1ª REGRA: os recursos recebidos em dinheiro recebidos pelos partidos/coligações e candidatos serão divulgados na internet no prazo de **72 HORAS**. Essas informações devem conter:

- indicação dos nomes dos doadores com CPF e CNPJ
- valores doados

2ª REGRA: no **DIA 15.09** do ano eleitoral deverá ser divulgado um relatório discriminado:

- das transferências do Fundo Partidário;
- dos recursos em dinheiro;
- dos valores estimáveis em dinheiro; e
- dos gastos realizados.

A **alternativa D** é a correta e gabarito da questão, pois reproduz a regra consta no art. 28, §9º, da LE:

*§ 8º Os **gastos com passagens aéreas** efetuados nas campanhas eleitorais serão comprovados mediante a apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, **vedada** a exigência de apresentação de qualquer **outro documento** para esse fim.*

Por fim, a **alternativa E** está incorreta. Como sabemos, em relação a campanhas cuja movimentação financeira não ultrapasse R\$ 20.000,00 e em municípios com menos de 50.000 eleitores, pode-se utilizar um sistema simplificado de prestação de contas, que vem disciplinado no art. 29, §10, da LE.

Condutas Vedadas ao Agentes Públicos

Questão 35 – Inédita – 2016

De acordo com a Lei 9.504/1997, são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I – Permitir o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados com dinheiro público.

II – Nomear servidor da Justiça Eleitoral aprovados em concursos públicos entre os três meses que antecedem o pleito e a data da posse dos eleitos.

III – Fazer pronunciamentos em cadeira de rádio de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, em quaisquer situações nos três meses que antecedem o pleito.



IV - Realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Assim:

- a) os itens I e III estão corretos.*
- b) os itens II e IV estão corretos.*
- c) os itens II, III e IV estão incorretos.*
- d) os itens I e IV estão corretos.*
- e) os itens I, II e IV estão corretos.*

Comentários

O item I está correto, pois retrata a vedação que consta do art. 73, IV, da Lei das Eleições.

O item II está incorreto, pois a vedação constante do inc. V, não se aplica aos servidores do Poder Judiciário. Confira:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

- a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;*
- b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;*
- c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;*
- d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;*
- e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;*

O item III está incorreto, pois excepcionalmente, quando envolver matéria urgente, relevante e característica das funções do governo, admite-se o pronunciamento. Confira:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:



c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

O item IV está correto e de acordo com o art. 73, VI, a, da Lei das Eleições

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

Portanto, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

O abuso do poder político pressupõe conceituar agentes públicos. Segundo a doutrina de Direito Administrativo, os **agentes públicos são os sujeitos que servem ao Poder Público**, ainda que façam isso de modo ocasional.

O art 72, §1º, da LE, conceitua **agentes públicos**.

AGENTES PÚBLICOS



Toda e qualquer pessoa que possua algum vínculo, ainda que transitório, em algumas das entidades da Administração Pública.

Vamos iniciar, portanto, com o art. 73 da LE:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de Convenção partidária;

II – usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III – ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, **para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo** se o servidor ou empregado estiver licenciado;

IV – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita **de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados** pelo Poder Público;

V – nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;



b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

VI – nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência **voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios**, sob pena de nulidade de pleno direito, **ressalvados** os recursos destinados a **cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;**

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, **autorizar publicidade institucional** dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, **salvo** em caso de **grave e urgente necessidade pública**, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer **pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito**, **salvo** quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII – realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;

VIII – fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

O art. 73 arrola condutas que podem ser praticadas pelos agentes públicos e que são capazes de afetar a igualdade entre candidatos e partidos no pleito eleitoral.

Em síntese, devemos memorizar as **HIPÓTESES DE CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS:**

☞ **Utilização de bens públicos em benefício de candidato, de partido ou de coligação, com exceção da convenção partidária que poderá ser realizada em imóvel público.**

Registre-se que a vedação **não** abrange **bem público de uso comum**, conforme jurisprudência do TSE.

Ademais, como se trata de uma conduta específica, ela **somente será configurável no período que antecede os três meses antes do pleito**, quando é possível, juridicamente, falar em candidatos, conforme conclusão do TSE no julgamento do REspe nº 98.924/2011.

Conforme o art. 73, §2º, não está abarcada pela vedação a utilização dos meios de transporte oficiais disponíveis durante o período eleitoral para fins de



campanha, pela Presidência da República. De todo modo, os valores gastos em campanha serão ressarcidos na forma do art. 76, da LE.

Ademais, em caso de concorrer à reeleição o Presidente, o Governador, o Prefeito e os respectivos vices poderão utilizar as residências oficiais para realização de contatos, de encontros e de reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público.

⇒ **Utilização de materiais ou de serviço público em benefício de candidatos, de partidos e de coligações.**

⇒ **Cessão de servidores para comitês de campanha eleitoral de candidato, de partido político ou de coligação**, exceto se o servidor se licenciar, estiver fora do horário de trabalho ou em férias (Resolução TSE nº 21.854/2004).

⇒ **Usar ou permitir o uso, em favor de candidatos ou partido, de distribuição gratuita de bens e de serviços sociais.**

Em razão disso, nos anos eleitorais veda-se a distribuição de bens, de valores ou de benefícios pela Administração Pública, conforme o art. 73, §10, da LE. A ideia aqui é reduzir ao máximo a possibilidade do uso de serviços públicos gratuitos com fins eleitoreiros.

Contudo, o dispositivo apresenta algumas **exceções**, as quais possuem relevância para a nossa prova.

**PODERÃO, EXCEPCIONALMENTE SEREM, FORNECIDOS
OS SEGUINTE SERVIÇOS PÚBLICOS GRATUITOS
AINDA QUE EM ANO ELEITORAL:**

- calamidade pública;
- estado de emergência ;
- programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

⇒ **Veda-se a nomeação, a exoneração, a remoção ou a substituição de servidores nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade.**

A vedação aqui **não** é **para a realização de concurso**, procura-se evitar o condicionamento da nomeação, as ameaças de exoneração ou a transferência de servidores com finalidades políticas.

Essa regra, contudo, gera uma série de **exceções**, ou seja, hipóteses em que será possível a nomeação, por exemplo, de servidor dentro do período de 3 meses antes das eleições. Vejamos essas exceções:

1. nomeação ou exoneração de cargos em comissão ou de funções de confiança;
2. nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou dos Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;



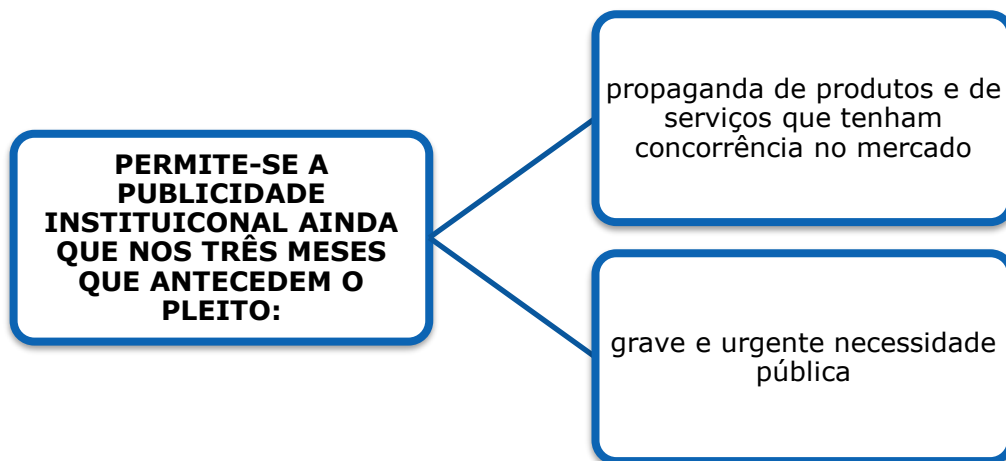
3. nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados;
4. nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais;
5. transferência ou remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

↪ **Veda-se, nos três meses que antecedem o pleito, a transferência de recursos entre os entes federativos**, a não ser para:

- ↪ cumprir obrigação formal preexistente;
- ↪ obra ou serviço público em andamento e com cronograma prefixado; e
- ↪ atender a situações emergenciais e de calamidade pública.

↪ **Veda-se, nos três meses que antecedem o pleito, a autorização de publicidade institucional.**

Existem, do mesmo modo, duas **exceções**:



↪ **Veda-se, nos três meses que antecedem as eleições, fazer pronunciamento em rede nacional, salvo** definida em horário político gratuito e em casos de matérias urgentes, relevantes e característica das funções de governo.

↪ **Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.**

↪ **Veda-se, desde as convenções para escolha dos candidatos até a posse dos eleitos, efetuar a revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo.**

Questão 36 – Inédita – 2016

Em relação às condutas vedadas aos agentes públicos assinale a alternativa correta:



- a) *Veda-se, no ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.*
- b) *Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos cinco anos anteriores ao ano eleitoral.*
- c) *Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre do ano anterior.*
- d) *Veda-se, no segundo semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do segundo semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.*
- e) *Veda-se, no primeiro semestre do ano eleitoral, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos superior à média do primeiro semestre dos últimos três anos anteriores ao ano eleitoral.*

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer a vedação contida no art. 73, VII, da LE, com redação dada pela Lei nº 13.165/2015:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...)

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;

Portanto, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

Partidos Políticos

Questão 37 – Inédita – 2016

Os recursos do fundo partidário, de acordo com a Lei 9.096/1995 serão aplicados:

I – No alistamento e nas campanhas eleitorais.

II – Na propaganda eleitoral, vedada a utilização em propaganda doutrinária e política.

III – Na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, 20% por cento do total recebido.

IV – Na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, observado, do total recebido, o limite de 50% para o órgão nacional e de 60% para o órgão estadual e municipal.

Assim:



- a) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- b) Os itens III e IV estão corretos.
- c) Os itens I e III estão incorretos.
- d) Os itens I, III e IV estão corretos.
- e) Apenas o item I está correto.

Comentários

O item I, III e IV estão corretos e de acordo com o art. 44 da Lei dos Partidos Políticos, de forma que a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Em relação ao art. 44 devemos registrar, inicialmente, que o dispositivo foi alterado pela **Lei nº 13.165/2015**. O dispositivo trata da aplicação dos recursos do Fundo Partidário. Vejamos:

São sete as destinações conferidas aos recursos do Fundo Partidário. Vejamos:

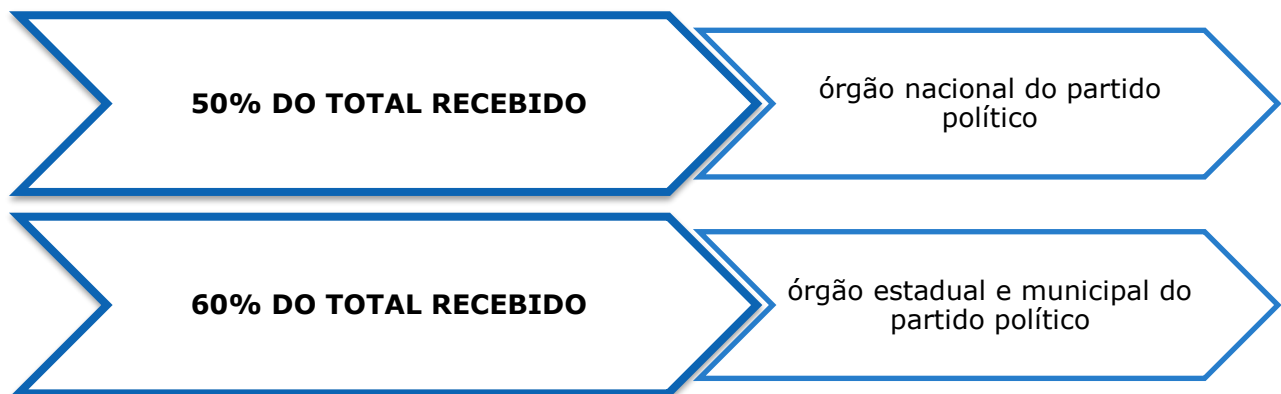
Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário **SERÃO aplicados**:

O primeiro aspecto a destacar é a expressão “serão”, que indica que o partido político **DEVERÁ** (trata-se de uma exigência) aplicar os recursos nas hipóteses que passamos a analisar.

*I - na **manutenção das sedes e serviços do partido**, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado, do total recebido, os seguintes limites:*

- a) **50%** (cinquenta por cento) para o **órgão nacional**;
- b) **60%** (sessenta por cento) para cada **órgão estadual e municipal**;

Em relação à manutenção da sede e dos serviços dos partidos, a LPP disciplina limites de destinação. Vejamos:



Vejamos as demais destinações possíveis dos recursos do Fundo Partidário:

*II - na **propaganda doutrinária e política**;*

*III - no **alistamento e campanhas eleitorais**;*

*IV - na **criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política**, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.*

*V - na **criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres**, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido*



político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, **observado o MÍNIMO DE 5% (CINCO POR CENTO) DO TOTAL;**

Em relação à promoção da participação política das mulheres é importante, especialmente para fins de provas objetivas, memorizar o **percentual mínimo de aplicação**, que é de **5% DO TOTAL DE RECURSOS** existentes no Fundo.

Ainda em relação ao inc. V, a LPP prevê, ainda, que se não forem utilizados os 5%, o partido político deverá transferir a diferença para atingir o percentual mínimo para uma conta específica, sob pena de ser obrigado a aplicar um adicional de 12,5%. Assim, caso não cumpra o percentual mínimo de 5%, o partido poderá ser condenado a aplicar 17,5% na promoção da participação política das mulheres.

Além disso, é importante frisar que os valores aplicados devem ser aplicados na média. Assim, no período de 5 anos, por exemplo, o partido deverá aplicar 5% a cada ano. Para tanto, contudo, a fim de constituir reserva de capital, o partido deverá efetuar o depósito em conta para destinação específica.

Sigamos com as demais hipóteses:

VI - no pagamento de **mensalidades, anuidades e congêneres devidos a organismos partidários internacionais que se destinem ao apoio à pesquisa, ao estudo e à doutrinação política**, aos quais seja o partido político regularmente filiado;

VII - no **pagamento de despesas com alimentação**, incluindo restaurantes e lanchonetes.

A distribuição de recursos acima é fundamental para a nossa prova e pode perfeitamente vir numa questão, portanto, tome nota!



APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

- manutenção das sedes (inclusive com manutenção de pessoa), observado o LIMITE de 50% ao órgão nacional e de 60% aos órgãos estaduais e municipais;
- propaganda doutrinária e política;
- alistamento e campanhas eleitorais;
- criação e manutenção de programas de promoção e difusão de política para mulheres, **NO MÍNIMO 5%;**
- criação e manutenção entidades de pesquisa e de doutrinação e educação política;
- despesas com alimentação.**

Questão 38 – Inédita - 2016



Quando à criação e registro dos partidos políticos, assinale a alternativa que retrata, corretamente, os requisitos para demonstração do apoio mínimo:

- a) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.
- b) obtenção, no período de 3 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,1% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 0,5% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.
- c) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/4 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.
- d) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 0,1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.
- e) obtenção, no período de 2 anos, de assinaturas de eleitores não filiados equivalente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 1/3 ou mais dos Estados e, com, no mínimo, 1% do eleitorado tenha votado em cada um desses estados.

Comentários

Para responder à questão, devemos lembrar da redação do art. 7º, §1º, da LPP:

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha **caráter nacional**, considerando-se como tal aquele que **comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados** a partido político, correspondente a, **pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados**, não computados os votos em branco e os nulos, **distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados**, com **um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado** que haja votado em cada um deles.

Portanto, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Questão 39 – Inédita - 2016

Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos:

- a) que tenham obtido o registro no Ofício Civil há, pelo menos, 5 anos.
- b) que tenham obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 10 anos.
- c) que tenham obtido o registro definitivo do Ofício Civil há, pelo menos, 10 anos.



d) que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 3 anos.

e) que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 5 anos.

Comentários

Para responder à questão devemos conhecer o art. 29, §9º, da LPP, acrescido pela Lei nº 13.165/2015:

§ 9º Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 5 (cinco) anos.

Portanto, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

Questão 40 – Inédita - 2016

A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo

a) a conservação da documentação por prazo não inferior a 1 ano.

b) a conservação da documentação por prazo não inferior a 2 anos.

c) a conservação da documentação por prazo não inferior a 3 anos.

d) a conservação da documentação por prazo não inferior a 5 anos.

e) a conservação da documentação por prazo não inferior a 10 anos.

Comentários

Para responder à questão devemos lembrar do art. 34, IV, da LPP:

Art. 34. A **Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas** do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas: (...)

IV – obrigatoriedade de ser conservada pelo partido, por PRAZO NÃO INFERIOR A CINCO ANOS, a documentação comprobatória de suas prestações de contas;

Portanto, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.